JORNAL DO SENADO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA DR/SSR PRT/BSB/DA/008/98

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO V – Nº 876 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1999

Confissão de Cacciola, no depoimento de quinta-feira, de que investidores tiveram resgate abaixo do contratado pode, segundo José Roberto Arruda, justificar a liquidação do Banco Marka

CPI começa a investigar sonegação fiscal de bancos

Depoimento de Everardo Maciel, na quinta-feira, abre nova fase de atividades na comissão. Ele será questionado sobre estudo em que a Receita demonstra que boa parte das grandes empresas do país não paga impostos

A CPI do Sistema Financeiro inicia nesta semana investigação da denúncia de que grandes bancos teriam sonegado impostos. No requerimento de criação da comissão, o senador Jader Barbalho citou seis bancos estrangeiros e um brasileiro.

O primeiro a depor na nova fase da investigação será o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que comparecerá na quinta-feira. Ele deverá ser questionado sobre estudo em que a Receita demonstra que parte das grandes empresas do país aproveita brechas na legislação para não pagar impostos.

Na sexta-feira, após contato com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o senador José Roberto Arruda afirmou que a liquidação do Banco Marka é difícil, mas não impossível.

PÁGINA 5

Extinção de classistas tem nova discussão

Plenário realiza hoje primeiro dia de discussão, em segundo turno, da emenda constitucional que extingue juiz classista na Justiça do Trabalho.

PÁGINA 3

CPI DO JUDICIÁRIO

Comissão também ouve hoje o depoimento do procurador de Justiça do Amazonas sobre a suposta venda de alvarás de soltura

Tráfico de crianças motiva mais dois depoimentos

Dois depoimentos marcados para hoje, a partir das 17h, na CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário tratam das denúncias de adoções ilegais de crianças em Jundiaí (SP). Os senadores ouvirão depois um terceiro depoente, o procurador de Justiça do Amazonas, para falar sobre o suposto esquema de venda de alvarás de soltura a traficantes no estado.

PÁGINA 4

Congresso vota amanhã oito MPs

PÁGINA 3

CCJ examina reforma política

PÁGINA 3

Audiência vai debater alcoolismo

PÁGINA 5

Bornhausen defende prazo maior de filiação

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresentou projeto de lei ampliando de dois para quatro anos o prazo de filiação partidária para que o eleitor possa concorrer a cargo eletivo majoritário ou proporcional. O projeto prevê exceção para o caso de uma primeira filiação partidária, quando o prazo cai para um ano.

Jorge Bornhausen

Em sua justificativa, Bornhausen alega ser necessário um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e o partido. "Assim, estaremos limitando o troca-troca de partidos que ocorre entre os eleitos, mormente no início das legislaturas, mediante negociatas que depõem contra todos os políticos e as instituições partidárias", advertiu.

Segundo Bornhausen, a mudança reforça o principal objetivo da reforma político-partidária, que é o fortalecimento dos partidos políticos. "A exigência de prazo maior forjará quadros partidários que não sejam tão voláteis como os que integram a maioria das siglas brasileiras", concluiu o senador por Santa Catarina.

Luzia Toledo propõe que TVs mostrem fotos de desaparecidos

Fotos de pessoas desaparecidas serão veiculadas pelas emissoras de televisão se aprovado projeto apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que obriga essa transmissão em 90 segundos diários, juntamente com um telefone para contatos. O projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), nesta com decisão terminativa.

Luzia Toledo lembra, na justificação, que não é a primeira vez que essa matéria é apreciada pelo Congresso, tendo sido aprovada e depois vetada pelo presidente da República. Porém, ela acredita que a sociedade já está mais consciente da necessidade de melhores meios de busca de desaparecidos.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno do substitutivo à *PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juízes classistas na Justiça do Trabalho.

COMISSÕES

10h - CPI do Judiciário
Oitivas: Procuradora do estado de São Paulo, Maria Dolores Maçano; médica do Hospital de Jundiaí (SP), Marisa Viotti; e o procurador da Justiça do estado do Amazonas, Carlos Antônio Ferreira Coelho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (18.5.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno do substitutivo à *PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juízes classistas na Justiça do Trabalho; *Requerimento nº 191/99, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLCs nºs 135/94 e 19/99, por versarem sobre a competência das juntas de conciliação e julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente; e *Requerimento nº 194/99, da senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre a Mensagem nº 98/99, através da qual o presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US$ 2,2 bilhões de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

19h - Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.825, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens; *MP nº 1.785-4, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito extraordinário no valor de R$ 2,9 bilhões; *MP nº 1.813-3, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R$ 183 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.747-9, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R$ 7,5 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.752-36, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R$ 106 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.758-12, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e do Abastecimento e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R$ 824 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.783-5, que institui o auxílio-transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro 1985; e *MP nº 1.810-3, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - crédito extraordinário no valor de R$ 300 milhões, para os fins que especifica. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira (19.5.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno do substitutivo à *PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juízes classistas na Justiça do Trabalho; e *Requerimento nº 224/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 188 e 216, de 1999, por versarem sobre a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em o todo território nacional.

Quinta-feira (20.5.99)
10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; e *PDL nº 4/99, que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Brasil e o governo da Indonésia.

Sexta-feira (21.5.99)
9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (18.5.99)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PR nº 06/99, que altera o artigo 12 da Resolução nº 78/98 do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9/9/97; *PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do imposto sobre a renda e proventos descontado na fonte; *PLS nº 163/99, que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas. *PLS nº 160/98, que dá nova redação ao § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, 28/2/67, alterado pela Lei nº 8.387/91; *PLC nº 31/96, que dispõe sobre o jogo de bingo; *PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); *PLC nº 58/98, que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18/11/94, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins; *PLS nº 224/99, que modifica a Lei Complementar nº 53/86, para nela incluir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na compra de veículos por paraplégicos e portadores de defeitos físicos; e *PLS nº 177/96, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a Proteção ao Patrimônio Fossilífero, em conformidade com art. 216, inciso V, da Constituição federal; *PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a educação profissional em âmbito nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; e os *Projetos de Decreto Legislativo nºs 131/98, 128/98, 122/98, 118/98, 116/98, 100/98, 99/98, 87/98, 79/98, 78/98, 75/98, 64/98, 27/98 e 59/98, relativos à renovação de concessões para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagem nº 104/99, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Luiz Sérgio Gama Figueira para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen; *PDLs nºs 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e o governo da Coréia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2; *24/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e o governo da Colômbia; *26/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre o Brasil e a Colômbia; *27/99, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a cooperação na pesquisa e nos usos do espaço exterior para fins pacíficos, celebrado entre o Brasil e o governo da França; *37/99, que aprova o texto de acordo celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat); *30/99, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre os seus Respectivos Territórios e Além, celebrado entre o Brasil e o governo da África do Sul; *35/99, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e o governo de Cingapura; *31/99, que aprova o texto do Acordo sobre o estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas; *33/99, que aprova o texto da Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos; *34/99, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca; e *PLC nº 47/98, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929/56, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais da Forças Armadas. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

Quarta-feira (19.5.99)
9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública - discussão sobre os problemas causados pelo consumo de bebidas alcóolicas e fumo e as influências da propaganda sobre os hábitos da população.
Convidados: Representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Nacional de Saúde; representante do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cedrib); representante do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Conanda); representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; representante da Associação Brasileira de Empresas de Rádios e TV (Abert); representante da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); representante dos Alcóolicos Anônimos; e representante do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação de Propaganda (Conar). Após a audiência pública, deverão ser apreciadas as seguintes matérias: Emendas nºs 1 e 2, oferecidas em plenário, ao substitutivo do Senado ao *PLC nº 94/94; *PLC nº 24/98, que dispõe sobre piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999/61; *PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; *PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 118/99, que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda; *PLS nº 132/99, altera o art. 39 da Lei nº 4.886/65, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; e *PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções nº 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); *PLS nº 180/99; que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso dos partidos que não tenham caráter nacional aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737 de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal; e *PLS nº 10/99, que altera dispositivos da Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O plenário também deve votar hoje requerimentos dos senadores Jefferson Péres e Heloísa Helena

Volta à discussão emenda que extingue juízes classistas

Proposta, já aprovada em primeiro turno, será enviada à Câmara se tiver novamente o voto favorável dos senadores

Hoje é o primeiro dia de discussão em segundo turno, no plenário do Senado, da emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. A matéria será submetida a três dias de discussão, antes de passar por uma segunda votação. Mantida a aprovação obtida em primeiro turno, irá para a Câmara dos Deputados.

Na mesma sessão, o plenário deverá votar requerimentos dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Heloísa Helena (PT-AL). O primeiro pede a tramitação conjunta dos Projetos de Lei 135/94 e 19/99, ambos da Câmara dos Deputados, por versarem sobre a competência das juntas de conciliação e julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente.

Já Heloísa Helena solicita que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também seja ouvida a respeito de mensagem em que o presidente da República solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, de até US$ 2,2 bilhões, entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro, conforme o governo, se destina a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, a ser implementado no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil.

Não é hora de lançar candidatos ao Planalto, diz Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse sexta-feira que concorda com as críticas feitas pelo governador de São Paulo, Mário Covas, ao lançamento prematuro de candidatos à sucessão presidencial. Os partidos que quiserem, destacou, "devem fixar a posição sobre ter candidato próprio, mas o lançamento de nomes agora talvez perturbe o governo Fernando Henrique".

– Lançar candidatos agora realmente pode prejudicar o bom andamento do governo, na medida em que podem ser criados pólos políticos fora daqueles eleitos recentemente – afirmou, lembrando que "foi esse o argumento não só do Covas, mas também de Fernando Henrique".

O senador revelou que se reuniu na manhã de sexta-feira com o presidente da República, no Palácio da Alvorada. Entre os temas tratados no encontro, informou, esteve a questão das convenções partidárias, como a do PFL e a do PSDB, partidos em que alguns líderes têm defendido o lançamento de candidatos próprios às eleições presidenciais de 2002.

Outros temas sobre os quais conversaram foram a evolução dos trabalhos das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro; a recente viagem do presidente ao exterior; e os indicadores de recuperação da economia brasileira, que estariam expondo "a fracassomania dos economistas brasileiros e estrangeiros".

A questão das lideranças do governo no Congresso foi outro assunto da reunião do senador com o presidente. Ele previu que o governo poderia definir logo o novo líder no Senado e admitiu como "nomes bem cotados" Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Com relação ao trabalho da CPI dos Bancos, o presidente do Senado disse que um resultado de suas investigações que já se antecipa será o aprimoramento das normas que regulam a atuação do Banco Central. "É certo que o BC terá nova legislação para que sua fiscalização atue melhor", assinalou. Ele chamou a atenção para o fato de que, "em função da atuação da CPI, o próprio Banco Central já está alterando alguns de seus procedimentos".

A recente viagem do presidente da República aos EUA foi "um sucesso", na avaliação de Antonio Carlos, que destacou o reconhecimento ao trabalho que FHC está realizando na economia, "com uma recuperação não só em favor do Brasil, mas também em favor de toda a economia mundial". Ele previu que as taxas de juros continuarão caindo, "até chegar a um patamar normal para o crescimento da economia brasileira".

Antonio Carlos Magalhães acredita que lançamento de nomes para a Presidência pode ser prejudicial

A respeito da divergência quanto à aposentadoria por tempo de serviço e por idade, surgida quando da regulamentação da lei pelo Executivo, que dá interpretação diferente à que a Câmara dos Deputados diz ter votado, Antonio Carlos acredita que a definição será dada pelo Judiciário. Ele se posicionou em favor do Legislativo: "É óbvio que deve prevalecer o que a Câmara quis fazer".

Congresso vota amanhã oito medidas provisórias

Na presidência da sessão de sexta-feira, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) comunicou a convocação, para amanhã, às 19 horas, de sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a apreciar medidas provisórias (MPs). A sessão será realizada no plenário da Câmara dos Deputados.

Das oito MPs a serem apreciadas, seis referem-se à abertura de créditos extraordinários nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Os créditos destinam-se ao Ministério do Planejamento e Orçamento (R$ 7,6 milhões); Ministério dos Transportes (R$ 106 milhões); Ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (R$ 824 milhões); Ministério da Previdência e Assistência Social (R$ 2,9 bilhões); Ministério da Fazenda (R$ 300 milhões); e Ministério do Planejamento e Orçamento (R$ 183 milhões).

Outra MP institui o vale-transporte para militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União.

Finalmente, o Congresso deliberará sobre projeto de lei de conversão apresentado pelo senador Wellington Roberto (P0MDB-PB) à medida provisória que reintegra à estrutura da administração pública o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), extinto por MP editada em 15 de abril.

CCJ aprecia projetos de reforma política

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se quarta-feira, às 10h30, para examinar projetos relacionados com a reforma política. Entre eles, proposta de José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos que não têm caráter nacional o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão. O relator da matéria, Edison Lobão (PFL-MA), apresentou parecer favorável, com duas emendas de redação.

Agripino, também presidente da comissão, justifica seu projeto dizendo que ele contribui para o aperfeiçoamento das instituições político-partidárias e atende ao interesse público. Ele lembra que a própria lei eleitoral já exige que para ter direito a funcionamento parlamentar o partido tem de ter pelo menos 5% dos votos para a Câmara, com o mínimo de 2% dos votos apurados em pelo menos nove estados.

Também deve ser examinado projeto de Jorge Bornhausen (PFL-SC), que altera a Lei dos Partidos Políticos, ampliando de dois para quatro anos o tempo exigido de filiação à legenda para que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo. O parlamentar alega que a disciplina partidária exige que haja um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e seu partido. O relator da matéria, Sérgio Machado (PSDB-CE), tem parecer favorável à iniciativa.

Outro item da pauta é a proposta de emenda constitucional de José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição para prefeitos. O parlamentar considera fundamental a mudança, que obrigará aquele que pretender se candidatar novamente a se afastar do cargo no mínimo seis meses antes do término do seu mandato. O parecer do relator, Jefferson Péres (PDT-AM), é pela aprovação da emenda.

Também aguardam deliberação as emendas de plenário ao projeto que regula a exoneração de servidor público estável quando há excesso de despesas com cargos públicos. O projeto veio do governo e dispõe que o critério geral para a identificação dos servidores estáveis a serem desligados levará em conta o seguinte: menor tempo de serviço, maior remuneração e menor idade. Francelino Pereira (PFL-MG) tem parecer contrário às emendas de plenário e o projeto voltou às suas mãos, para reexame.

Agripino quer restringir propaganda a partidos com caráter nacional

A CCJ deve examinar ainda projeto do deputado Humberto Costa que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui programa de assistência a essas pessoas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham, voluntariamente, prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. O relator Romeu Tuma (PFL-SP) tem parecer favorável à matéria.

CPI investiga alvarás ilegais e tráfico de crianças

Agenda da comissão nesta semana inclui, também, depoimentos de integrantes do Sindicato dos Advogados sobre suspeita de superfaturamento na construção de prédios do Tribunal Regional do Trabalho no Rio de Janeiro

A CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário reúne-se hoje, às 17 horas, para dar continuidade às investigações sobre a adoção ilegal de crianças, em Jundiaí, por famílias estrangeiras.

A comissão ouvirá depoimentos de Marisa Viotti, médica do Hospital de Jundiaí, que atendeu uma das mães, e Maria Dolores Maçano, procuradora em São Paulo, que defende algumas mães em Jundiaí.

ALVARÁS

No mesmo dia, depõe na CPI o procurador de Justiça do Amazonas Carlos Antonio Ferreira Coelho, para falar sobre um suposto esquema de comercialização de alvarás de soltura, no estado, que vem beneficiando, principalmente, traficantes de drogas.

Amanhã, a partir das 10 horas, vão depor na CPI Mário Sérgio Pinheiro e Wadih Damous Wemer Filho, ambos integrantes da diretoria do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro. Eles irão falar sobre suspeitas de superfaturamento na construção de prédios do TRT naquele estado.

A CPI vai ouvir, na quarta-feira, às 17 horas, depoimentos do deputado Renato Simões, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, e de Mário Simas Filho, jornalista da revista *IstoÉ*.

A CPI também vai chamar para depor Daniel Ferreira da Silva, corregedor do Tribunal de Justiça do Amazonas; Antônio Carlos da Gama e Silva e Gilberto Morand Paixão, ambos engenheiros responsáveis pelas obras do fórum trabalhista de São Paulo. Esses três depoimentos estão marcados para quinta-feira, às 10 horas, mas ainda deverão ser confirmados.

A CPI deverá aprofundar investigações sobre o superfaturamento de obras do fórum trabalhista de São Paulo

Tebet aponta morosidade e falta de transparência

Falta de transparência e morosidade da Justiça – estes são os dois principais problemas que a reforma do Judiciário deve atacar, na avaliação do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI que investiga irregularidades nesse Poder.

Tendo atuado como advogado e promotor de Justiça, o senador afirmou que sempre respeitou a magistratura, mas não fazia idéia da gravidade dos problemas que ela contém. Em sua opinião, o Legislativo precisa refletir sobre alguns privilégios "exagerados" concedidos pela Lei Orgânica da Magistratura.

Entre eles, Ramez Tebet apontou os processos sigilosos para investigar e punir juízes e o direito exercido pelo magistrado sob investigação de continuar recebendo vencimentos, mesmo quando afastado de suas funções.

Ramez Tebet também informou que a CPI do Judiciário vai ouvir, na próxima semana, dez depoimentos sobre as principais irregularidades que estão sob inquérito (*veja matéria acima*).

ENTREVISTA

Tebet apresentou projeto para que as denúncias encaminhadas ao Ministério Público pelas comissões parlamentares de inquérito sejam tratadas prioritariamente. Ele comenta o projeto durante entrevista na TV Senado que irá ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Tebet sugere ao Legislativo que faça uma reflexão sobre privilégios concedidos pela Lei Orgânica da Magistratura

Em pouco mais de um mês, 19 depoimentos

Instalada no dia 8 de abril, a CPI do Judiciário já ouviu 19 depoimentos. Ela surgiu por proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a partir de várias denúncias sobre irregularidades praticadas por juízes e integrantes do Judiciário. O presidente e o vice-presidente da comissão são os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Carlos Wilson (PSDB-PE), e o relator é Paulo Souto (PFL-BA).

DENÚNCIAS

As denúncias já apuradas pela CPI envolvem juízes e parentes de alguns juízes dos TRTs de São Paulo e da Paraíba, que teriam praticado nepotismo, desvio de verbas públicas, construção e compra de imóveis sem licitação e corrupção.

Os senadores investigam ainda um suposto esquema para soltar traficantes de drogas e outros presos no Amazonas, bem como a adoção ilegal de crianças, por famílias estrangeiras, em Jundiaí.

Projeto reforça poder de comissão de inquérito para convocar testemunhas

Projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) dá à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) o poder de requerer à polícia que conduza a testemunha para interrogatório em caso de não comparecimento, que o projeto define como crime. Hoje as CPIs precisam solicitar a um juiz da localidade em que se encontra a testemunha para que ele faça a intimação.

– O deferimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, paralelamente, do poder autorizativo de determinar o comparecimento da testemunha de modo coercitivo é decorrência lógica do poder a ela conferido pela Constituição, ou seja, a CPI é um colegiado de cidadãos eleitos exercendo temporariamente poderes próprios das autoridades judiciais, aí incluídos os de polícia e os de investigação, para apuração de fatos nacionalmente importantes, cuja apuração não pode ser adiada, sob pena de ocorrência de prejuízos de ordem pública – justificou.

CE examina amanhã projeto e decretos legislativos

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se amanhã, às 11h30, para examinar seis projetos de lei e 14 projetos de decreto legislativo.

Freitas Neto

Entre outros, a comissão deliberará, em caráter terminativo, sobre projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) dispondo sobre a preservação da concepção urbanística de Brasília e sobre projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que trata da educação profissional em âmbito nacional.

Os projetos de decreto legislativo renovando concessões de radiodifusão sonora precisam ser votados em plenário.

Sonegação fiscal de bancos começa a ser apurada

Com o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, comissão dá início a uma nova etapa de apuração, na qual o principal objetivo é avaliar o comportamento tributário das instituições financeiras

Na primeira fase dos trabalhos da CPI, iniciada em 15 de abril, foram tomados 15 depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no sistema financeiro começa a investigar nesta semana a denúncia de que grandes bancos, principalmente estrangeiros, teriam sonegado impostos. Ao pedir a criação da CPI, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) propôs que sete bancos – Citibank, J.P.Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e o Crédit Commercial de France – fossem investigados.

O primeiro convocado para essa nova etapa da CPI é o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que falará à comissão de inquérito do Senado às 10h de quinta-feira.

Ao justificar a criação da CPI, no dia 9 de abril, Jader Barbalho leu nota publicada pelo *Correio Braziliense*, pelo jornalista Ari Cunha, sob o título "Guerra da Receita contra os ministros da área econômica".

Nela, o jornalista afirma: "Antes, Everardo Maciel falava por conta própria, mas agora diz o que pensa em nome de fiscais e acusa bancos estrangeiros de sonegarem impostos". Everardo Maciel será questionado sobre levantamento da Receita mostrando que, das maiores empresas do país, boa parte não paga impostos, aproveitando-se das brechas da legislação do país.

Além de investigar as denúncias de sonegação, os senadores da CPI pretendem sugerir ao governo mudanças na legislação para evitar a evasão de impostos. O senador Jader Barbalho acredita que a receita tributária do país poderá "aumentar alguns bilhões de reais" apenas com o aprimoramento da legislação. "Não se trata de aumentar a carga tributária, mas apenas fechar as brechas por onde escapam bilhões", disse ele.

Nos próximos dias, a CPI irá analisar relatório parcial preparado pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sobre a primeira fase das investigações da comissão – a venda de dólares a preços privilegiados aos bancos Marka e FonteCindam e a denúncia de que houve vazamento de informação sobre a mudança cambial. As conclusões do relatório parcial serão enviadas ao Ministério Público, para abertura de processo. Na primeira fase dos trabalhos, que começou dia 15 de abril, foram tomados os depoimentos de quinze testemunhas.

Liquidação é difícil, mas não impossível, diz Arruda

O vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), informou que manteve contato telefônico com o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, sobre a possibilidade de liquidação do Banco Marka. "Ele concordou que a situação mudou no momento em que o presidente do Marka afirmou à CPI que negociou com seus investidores para que tivessem um resgate menor. Ou seja, houve prejuízo para os investidores e isso abre caminho para a liquidação", disse.

Segundo Arruda, é cedo para dizer se operação com Marka foi irregular

– A liquidação do Marka é difícil, mas não impossível. Como é que uma parte dos investidores do Marka teve prejuízo enquanto o dono do banco continua com um patrimônio que inclui até uma lancha caríssima? – acrescentou Arruda.

De acordo com o senador, o BC vinha estudando uma forma jurídica de decretar a liquidação extrajudicial do Marka e até então não encontrara um caminho. Após a declaração do presidente da instituição, Salvatore Cacciola, de que negociou com seus investidores, "ficou claro que eles tiveram prejuízos" e essa "é uma nova variável" que pode mudar o quadro.

– Agora não há nenhum risco sistêmico se o Banco Central decretar a liquidação do Marka. Caso isso seja possível, os bens do empresário serão utilizados no rateio geral – observou o senador.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a CPI deve também analisar um artigo do Código de Defesa do Consumidor, o qual diz que os bens dos donos de empresas afetadas por má administração também devem ser usados no pagamento de dívidas de credores ou de pessoas prejudicadas. A sugestão foi enviada ao gabinete de Simon por uma pessoa que estava acompanhando o depoimento de Cacciola.

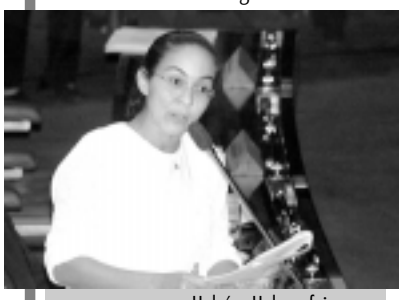
Arruda disse à imprensa, sexta-feira, que não se pode afirmar no momento se a CPI irá comunicar ao Ministério Público que a venda de dólares a preços favorecidos ao Marka "foi irregular". "Vamos aguardar o parecer do relator, que deve ser apresentado à CPI nos próximos dias", afirmou ele.

CAS realiza debate sobre o uso de álcool

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais realiza na quarta-feira, às 9h, audiência pública para discutir os problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas e a influência da propaganda sobre os hábitos da população.

Requerida pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), a audiência terá como convidados representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos Alcoólicos Anônimos e do Conselho Nacional de Auto-regulamentação de Propaganda.

Após a audiência pública, a CAS deve realizar sessão, a fim de examinar uma pauta de oito itens, entre eles projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões dentistas; e projeto de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.



Heloísa Helena foi quem requereu a audiência pública prevista para quarta-feira

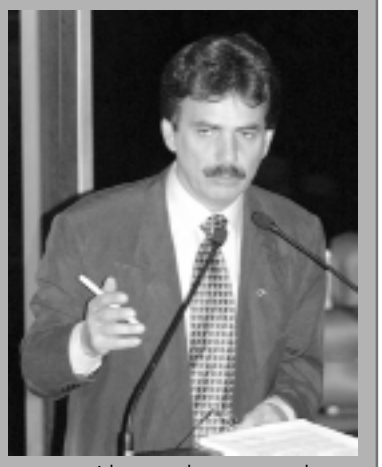
Ademir Andrade defende reinstalação da CPI dos Institutos de Pesquisa

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou requerimento para que seja reinstalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a ação dos institutos de pesquisa no Brasil durante as eleições de 1998.

Ele lembra que a CPI chegou a ser instalada, mas "infelizmente foi encerrada, devido ao pouco tempo que tinha para trabalhar e ao fato de o Regimento Interno exigir seu encerramento no final de legislatura".

Ademir entende que há fortes suspeitas de que, dolosa ou culposamente, os institutos de pesquisa tenham atuado de forma desastrada, causando injustiças e irreparáveis prejuízos a inúmeros pleiteantes a cargos eletivos.

O senador afirmou que "muitos governadores e, provavelmente, o próprio presidente da República foram eleitos em conseqüência do desvirtuamento, da falta de verdade, do comprometimento dos institutos de pesquisa com os governos que exerciam o poder na época, já que esses institutos têm como seus maiores clientes o próprio governo federal e os governos estaduais".



Ademir acredita que manipulação das pesquisas beneficiou vários políticos eleitos no ano passado

A exemplo do que tem ocorrido com as CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, Ademir Andrade disse esperar que a CPI por ele proposta ajude a esclarecer fatos e indique novos procedimentos para os institutos de pesquisa, lembrando que no próximo ano haverá eleições envolvendo mais de cinco mil municípios.

CAE examina resolução sobre endividamento

Sob a presidência do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, com uma pauta de dez itens. Entre eles, projeto de resolução que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios, autarquias e fundações. Relator da matéria, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) tem parecer favorável, nos termos de um substitutivo.

Os integrantes da CAE também devem apreciar projeto que fixa prazo para a restituição do Imposto de Renda

Será também votado projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), criando contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas. O parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é pela rejeição da matéria.

Aguarda ainda votação projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para restituição do Imposto de Renda descontado na fonte. O parecer do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE) é favorável a substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No dia 24 de maio, a CAE se reunirá para ouvir exposição do presidente do BNDES, José Pio Borges, que será questionado sobre a proporcionalidade dos investimentos do banco em relação às regiões do Brasil e sobre a criação, nas Ilhas Cayman, de uma empresa encarregada de lançar títulos brasileiros no mercado internacional. A exposição foi solicitada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Otávio vê resultados na marcha dos prefeitos

Senador disse que muitas das reivindicações levadas até o presidente da República, em audiência, foram atendidas, como a questão da contribuição previdenciária dos municípios e a liberação de R$ 180 milhões do FEF

Luiz Otávio levou prefeitos do Pará para audiência com o ministro Pedro Malan, da Fazenda

Ao analisar na sexta-feira os resultados conseguidos pelos prefeitos que estiveram reunidos em Brasília para discutir a situação dos municípios, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou que alguns pedidos dos prefeitos encontraram "eco e resposta imediata do presidente Fernando Henrique Cardoso", que os recebeu em audiência.

Luiz Otávio citou o recolhimento de contribuição previdenciária pelos funcionários municipais, que deveria começar em junho, e que foi adiado por 90 dias pelo presidente. "Mesmo um município que cumpra a Lei Camata terá dificuldades financeiras. Gastando 60% de sua receita com pessoal ainda terá que pagar 23% da folha de pagamento ao INSS. São 83% para custeio da máquina, sobra quase zero para investimento", explicou.

Outro pedido dos prefeitos atendido pelo presidente, disse Luiz Otávio, foi a liberação de R$ 180 milhões do Fundo de Estabilização Fiscal para os municípios.

O senador comentou ainda a audiência da bancada federal do Pará e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. O assunto principal do encontro, segundo informou, foram as diferenças entre as prioridades do governo e as iniciativas previstas no esboço do Plano Plurianual do ano 2000.

As prioridades do governo paraense, disse Luiz Otávio, são a agroindústria e o turismo e, as do governo federal, o ecoturismo, o extrativismo e a biotecnologia. "O extrativismo nada deixou na nossa região, apenas problemas sociais", afirmou. O senador terá ainda uma reunião com o ministro do Planejamento e Orçamento, Pedro Parente, com o objetivo de discutir essas prioridades. "O Pará precisa de condições para realizar suas necessidades de geração de emprego e renda", defendeu.

Encerrando seu pronunciamento, o senador lamentou que o seu partido, o PPB, ainda não tenha marcado sua convenção nacional.

Ronaldo Cunha Lima já está em recuperação

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou na sexta-feira a progressiva recuperação do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) – que foi vítima de um acidente vascular cerebral – revelada pelos boletins médicos. Cabral disse que tem conversado com os filhos do senador paraibano, Cássio e Ronaldo, que o informaram do início das sessões de fisioterapia:

– Sabemos que existem seqüelas, mas a força de vontade, a pertinácia e o gosto pela vida que caracterizam o senador Ronaldo Cunha Lima dão a sensação de que em breve ele estará de volta ao nosso convívio – disse Cabral.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), na presidência da sessão, solidarizou-se com Bernardo Cabral e manifestou, em nome da Mesa do Senado, "os votos mais carinhosos ao senador Ronaldo Cunha Lima".

Cabral disse que confia na força de vontade do senador para vê-lo plenamente recuperado

Távola faz análise dos onze anos do PSDB

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) analisou em discurso no plenário, na sexta-feira, os 11 anos de existência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e suas realizações. O senador lembrou que o partido realizaria convenção nacional no sábado passado, em Brasília. Távola disse que o partido, do qual foi um dos fundadores, nasceu no fim de 1987 porque "muitas pessoas que faziam parte da Assembléia Nacional Constituinte não se sentiam caracterizadas por nenhum dos partidos existentes" e lembrou que a maioria dos fundadores do PSDB veio do PMDB, "que na época era uma grande frente política contra o autoritarismo".

O senador disse que o papel do estado sempre esteve no centro da discussão filosófica do partido e criticou o que chamou de "esquerda conservadora", que para ele tem "pensamento defasado em relação à contemporaneidade".

Referindo-se ao "feliz acaso de ter um dos nossos quadros na Presidência da República", o senador destacou a "clareza e a coragem moral" do presidente Fernando Henrique Cardoso e a realização das reformas administrativa e da Previdência, que, segundo ele, retratam "a coragem de enfrentar os problemas do Estado, pagando o preço da impopularidade por isso".

O senador destacou ainda a ação do governo na educação, que definiu como principal aspecto do governo FHC. Para ele, o governo atuou de maneira profundamente democratizante na educação de base, de forma que esse ensino seja comum qualitativamente a todos os brasileiros", e na saúde. Ele entende, no entanto, que a filosofia de administração da saúde pública do partido ainda está sendo formulada. "Pela primeira vez o governo social-democrata teve a coragem de pôr um administrador na área de saúde. E um administrador bem qualificado pode fazer uma transformação nesse setor."

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), em aparte, afirmou que o PSDB sempre procurou um meio termo, "nem oito nem 80", mas disse que o partido tende a ser muito intelectualizado. "São professores demais, precisamos cuidar do dia-a-dia, do arroz com feijão", defendeu.

Senador destacou realizações do governo Fernando Henrique na área da educação

Senador é citado para dirigir partido

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), comentando o discurso de Artur da Távola, disse que o representante do Rio de Janeiro faz uma "idealização do partido" e defendeu o nome do senador ou do governador de São Paulo, Mário Covas, para a presidência do PSDB, que realizaria sua convenção nacional sábado passado, em Brasília.

Simon revelou que foi convidado a ingressar no PSDB quando da criação do partido, e disse que "com profunda tristeza" não aceitou, uma vez que grandes amigos seus foram para a agremiação. Analisando o cenário político da sucessão de Fernando Henrique Cardoso, o senador apontou o nome de Mário Covas, do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e do presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, como possíveis candidatos.

Simon observou que Mário Covas parece estar se recuperando dos problemas de saúde e que a candidatura de Itamar Franco "é imprevisível", assim como a de Antonio Carlos Magalhães. "Vamos ver o que vai acontecer", disse.

Pedro Simon teme desvirtuamento do Ibama

A "virtual paralisia" em que se encontra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), por falta de regulamentação do decreto presidencial que determinou sua reestruturação, foi denunciada na sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). O senador disse ter obtido informações dos funcionários de que eles não podem, em função do atraso na regulamentação, nem mesmo emitir um auto de infração ou requisitar um veículo para fazer uma diligência:

– Numa situação dessas, a ocorrência de um incêndio numa reserva pode se transformar numa grande catástrofe – disse, acrescentando ter sido informado de que a regulamentação estaria sendo retardada na Casa Civil, por prever que os cargos de direção técnica do Ibama serão ocupados por servidores dos quadros efetivos do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Simon criticou a proposta de extinção de 200 das 330 unidades do Ibama, prevista no decreto presidencial, afirmando que será uma operação muito cara – somente a transferência de 3.500 funcionários custaria em torno de R$ 25 milhões. Ele disse temer que o resultado dessa reorganização torne o Ibama ainda mais vulnerável diante da ganância dos que se beneficiam da fraqueza do Estado brasileiro em defender seu meio ambiente.

A extinção dos postos avançados do Ibama, para Simon, pode acabar transformando o órgão em uma repartição urbana, ficando ainda mais distanciado do que já é das regiões selvagens:

Simon acredita que retirada dos postos avançados também enfraquece defesa da Amazônia

– Será que não estamos simplesmente debilitando ainda mais uma estrutura de fiscalização e controle que já era muito frágil? Será que não estamos dando ainda mais munição para os organismos internacionais de defesa da vida selvagem que nos bombardeiam com denúncias na maior parte das vezes verdadeiras? Quem nos dá a garantia de que os americanos, amanhã, não vão adotar uma decisão como a que tomaram de bombardear a Iugoslávia e dizer que o Brasil não pode cuidar da Amazônia, que isso deve ser feito por tropas internacionais, quer dizer, tropas americanas?

O senador pediu ao Executivo que retire o Ibama "do limbo legal em que se encontra" e que avalie melhor, com a participação do Congresso, a questão da extinção dos postos avançados. Simon foi aparteado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA).

Jucá sugere semáforos intermitentes após 23h

Os semáforos poderão ser programados, das 23h às 6h, para exibir exclusivamente a cor amarela intermitente, caso projeto apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) seja aprovado. O senador explica, na justificação do projeto, que a onda de violência que tomou conta das cidades brasileiras assusta, particularmente, os condutores de veículos.

O senador observou que não ocorreu ao legislador do novo Código de Trânsito Brasileiro que a "obediência cega a uma das mais elementares normas de trânsito acabaria, indiretamente, tornando-se causa freqüente de atentados e crimes praticados contra motoristas".

A proposta, que acrescenta dispositivos à Lei 9.503 que institui o Código de Trânsito Brasileiro, procura conciliar a disciplina no trânsito com a segurança pessoal de condutores e passageiros de veículos, afirma o senador.

Senado Galeria inaugura mostra de artista candango

A Senado Galeria apresenta a partir de hoje a exposição *Corposição*, do artista plástico brasiliense Antônio Carlos Guimarães. O seu trabalho é desenvolvido a partir da técnica de colagem, que posteriormente é repassada para o computador através de um *scanner* de alta resolução, recebendo um segundo tratamento gráfico.

A primeira mostra do artista ocorreu em 1995, na cidade-satélite de Taguatinga. A partir de então, Guimarães realizou exposições em todo o Distrito Federal, sendo um dos artistas escolhidos para fazer parte, em 1998, do Panorama das Artes Visuais no Distrito Federal, promovido pela Fundação Cultural.

A obra do artista é descrita pelo curador Jorge Cimas como "capturas". "São instantes registrados no tempo, ações e gestos. Lançar estas imagens e estabelecer uma comunicação psicológica com o espectador não é tarefa fácil. Só o tempo e a busca podem levar ao aprimoramento técnico. Por isso não são montagens, são imagens capturadas por olhos e sentidos atentos."

As colagens de Antônio Carlos Guimarães ficam expostas na Senado Galeria até o dia 28 de maio. A galeria está localizada no corredor que liga o edifício principal do Senado ao Anexo I, e estará aberta de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 19h, e aos sábados e domingos, das 10h às 14h.

PROGRAMAÇÃO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação
0h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Lobão quer punição para falsificadores de quadros

Edison Lobão se diz chocado com ação de criminosos e sugere que governo faça exposições pelo país com obras mantidas em porões

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou na sexta-feira que vai apresentar um projeto de lei para coibir e punir os delitos de falsificação de obras de arte em todo o país. Ele disse ter tomado a decisão por estar chocado com a quantidade de obras falsificadas, principalmente de artistas mortos, no eixo Rio-São Paulo, revelada pelo jornal *O Globo*:

– Às vezes falsificam-se obras de famosos pintores estrangeiros; 'batizam-nas' com nomes de autores mortos brasileiros e as vendem no mercado interno – afirmou o senador, acrescentando que o delito ocorre com freqüência por dois motivos: muitas obras de arte dos grandes artistas não são conhecidas pelo público em geral e há ausência de técnicos capazes de identificar as falsificações.

Lobão: delito também ocorre porque muitas obras não são conhecidas do grande público

Por isso Lobão entende que o conhecimento de obras de arte não pode continuar resguardado para uma reduzida minoria de privilegiados. Ele acha que as telas têm que chegar à população como um todo, razão pela qual propõe ao Ministério da Cultura que impulsione mostras por todo o país:

– Seria uma meritória iniciativa, um ato de brasilidade, retirar dos porões as obras de arte que ali adormecem e mostrá-las à população – ressaltou Edison Lobão, após enumerar alguns nomes de artistas brasileiros e suas respectivas obras, como Pedro Américo, Vitor Meireles, Antônio Parreiras, Eliseo D'Angelo Visconti, Aurélio de Figueiredo e João Batista da Costa.

O senador informou que, para a elaboração do projeto de lei, vai ouvir especialistas e consultar a legislação estrangeira. Seu projeto deverá, inclusive, prever o que deve ser feito com a obra falsa, como incinerar, por exemplo.

Alberto Silva propõe revolução agrícola

Uma revolução na agricultura brasileira. Essa é a proposta que o senador Alberto Silva (PMDB-PI) apresentará nos próximos dias em plenário, no propósito de elevar de 80 milhões para 120 milhões de toneladas a safra brasileira de grãos. O senador quer convencer o plenário a aprovar uma série de mudanças legais que, em sua opinião, possibilitarão esse aumento da safra, resultando ainda no atendimento dos trabalhadores sem-terra.

Alberto Silva argumenta que, há quase 20 anos, o Brasil patina numa safra em torno de 80 milhões de toneladas de grãos, e lembra que, nesse período, a população brasileira cresceu, tendo aumentado também a pobreza e o desemprego. "Nós, do Senado, não podemos ficar indiferentes a isso", alegou o parlamentar.

Sua proposta consiste no atendimento de pequenos, médios e grandes produtores, com garantias de crédito, mercado, transporte e outros incentivos – "medidas capazes de proteger o produtor, como fazem todos os países desenvolvidos", argumentou o senador.

Ele prega uma ampliação em 20 milhões de hectares da fronteira agrícola e está certo de que, com essa mudança, o Brasil será capaz de ampliar em 40 milhões de toneladas, no período de quatro anos, sua produção de grãos.

Para Alberto Silva, o Brasil tem mais de 100 milhões de hectares de terra disponível para plantar, o que torna viável o atendimento dos 500 mil sem-terra que hoje pedem reforma agrária. "Poderemos pensar em cinco hectares de terra para cada família de trabalhador sem-terra, e isso sempre ao lado de uma grande ou média propriedade", afirmou ele.

Alberto Silva argumentou que esse é o segredo da prosperidade agrícola de Petrolina, em Pernambuco. "Ali, o grande, o médio e o pequeno produtor trabalham juntos", disse ele. Para que o pequeno agricultor não venda sua propriedade, como costuma ocorrer, o parlamentar disse que, na legislação proposta, esse produtor terá proteção dobrada.

Silva prometeu apresentar uma série de mudanças legais para ampliar produção nacional

Exposição comemora Dia Internacional do Museu

A Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal, com o apoio da Diretoria Geral da Casa, inaugura amanhã, às 17h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, uma exposição em homenagem ao Dia Internacional do Museu. A mostra reunirá acervos dos museus do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, Ubiratan Aguiar Alves, discursarão na oportunidade, logo após o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia. Em seguida, a exposição será aberta aos convidados e ao público em geral.

Cultura ao Meio-Dia exibe continuação de *O Fugitivo*

O projeto Cultura ao Meio-Dia programou para a próxima quarta-feira o filme *U.S. Marshals*, *os Federais*, produção americana de 1997. Com muita ação e aventura nos seus 131 minutos de duração, o filme de Stuart Baird é uma espécie de continuação de *O Fugitivo*.

Tommy Lee Jones vive novamente o agente federal Samuel Gerard, que no primeiro filme perseguia o personagem vivido por Harrison Ford. Nesta nova produção, Gerard persegue um ex-agente da CIA, interpretado por Wesley Snipes, acusado do assassinato de dois agentes secretos.

Desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, o Cultura ao Meio-Dia promove sessões gratuitas todas as quartas, às 12h, no Auditório Petrônio Portella.

Álvaro propõe indisponibilidade de bens de pessoas seqüestradas

Com o projeto, que prevê o sigilo dos nomes das vítimas e testemunhas, senador quer desestimular prática de seqüestro

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) comunicou sexta-feira a apresentação de projeto de lei que torna indisponíveis os bens de pessoas seqüestradas e de seus familiares mais próximos, de modo a impedir o pagamento de resgate, contribuindo assim para reduzir os casos de seqüestro.

A proposta, esclareceu ele, estabelece que o nome da vítima ou testemunha seja excluído do inquérito e do processo, sendo substituído por número ou código para protegê-las.

– Os bens de pessoas seqüestradas, cônjuges, parentes e afins que com ela convivam devem ser arrestados por ordem judicial mediante provocação do Ministério Público – afirmou o senador. Para Álvaro Dias, cabe ao Legislativo "buscar alternativas para desestimular a criminalidade através da lei".

O parlamentar disse que a proposta se inspira na legislação italiana, que, acentuou, tem mostrado um bom índice de eficiência no combate à criminalidade, especialmente em relação aos seqüestros. O projeto de lei também prevê punição para aqueles que entregarem os recursos solicitados pelos seqüestradores.

Álvaro anunciou que vai sugerir alterações para tornar mais rápida a tramitação legislativa

Segundo o senador, a proposta não fere o direito de propriedade, pois não atinge o poder de administração, a gestão e o gozo dos bens arrestados. Apenas impede "a exploração e o abuso dos marginais sobre a propriedade alheia".

Álvaro Dias também apresentou projeto que altera o artigo 75 do Código Penal, aumentando de 30 para 60 anos o limite máximo de cumprimento de pena no país.

– Conclamamos os ilustres pares à aprovação do projeto com o intuito de desencorajar o delinqüente a cometer uma infinidade de crimes, na certeza da impunidade parcial – afirmou o senador em plenário.

Outra inovação introduzida pela proposta se refere à idade máxima de 80 anos para o apenado, independentemente do tempo a que ele esteja condenado. O senador anunciou ainda que proporá, brevemente, algumas mudanças no Poder Legislativo.

"Para que possamos atuar com autoridade na proposta de mudança nos outros Poderes, de reforma dos mesmos, evidentemente precisamos começar reformando também o nosso, o Poder Legislativo", disse.

Ele explicou que defende uma reforma "que permita a tramitação mais rápida das proposições legislativas, oferecendo resposta sempre de forma mais ágil às aspirações da sociedade brasileira".

Alcântara diz que "provão" permite renovar ensino superior

Os resultados da prova de avaliação do Ministério da Educação, o "provão", permitem afirmar que o método tem virtudes que podem levar a um processo de renovação do ensino superior. Foi o que disse em plenário o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Para Alcântara, deve ser revisto o tratamento das escolas religiosas

Ele fez referência às três avaliações realizadas, a última das quais – aplicada aos alunos de Direito, Administração e Engenharia Civil de universidades privadas e públicas – resultou na reprovação de 101 cursos, reincidentes na precariedade de condições físicas, no pequeno índice de professores com mestrado e doutorado e nas baixas notas atingidas por seus alunos no "provão".

O senador lembrou dos debates provocados pela medida provisória que instituiu o "provão", quando alguns entenderam que a avaliação proposta era inadequada e imperfeita, por se concentrar no desempenho dos alunos no final dos cursos. Outros, no entanto, aos quais o próprio senador se alinhou, consideraram que, apesar dos aprimoramentos que a fórmula do "provão" ainda exige, "o método tinha a vantagem de iniciar objetivamente a avaliação dos cursos superiores".

Alcântara também defendeu a reformulação da lei que instituiu a cobrança previdenciária de entidades filantrópicas. Referindo-se aos colégios e faculdades instituídos e dirigidos por religiosos, enfatizou que a retirada da isenção de cobrança previdenciária foi decidida "inopinadamente", além de fixar uma alíquota muito alta, o que levará ao fechamento de muitos estabelecimentos de ensino e à impossibilidade de concessão de bolsas de estudo a alunos sem condições de pagamento integral das mensalidades.

Em aparte, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) afirmou que a lei que instituiu a cobrança teve a intenção meritória de acabar com as fraudes mas a regulamentação da matéria "contrariou o espírito da lei", prejudicando milhares de estudantes, sem condições de pagar faculdades particulares, que antes tinham acesso a bolsas de estudo parciais. Estevão informou que deverá tratar desse assunto amanhã, em audiência com o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas.

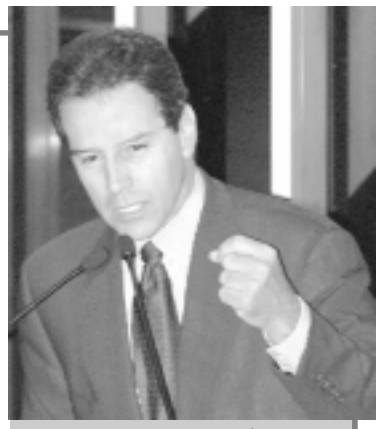
Luiz Estevão apóia prisão perpétua para crime hediondo

A proposta de instituição da pena de prisão perpétua para crimes hediondos, apresentada pelo empresário Massataka Ota, que teve o filho seqüestrado e morto em setembro de 97, foi apoiada na sexta-feira pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Massataka Ota esteve na quinta-feira em Brasília trazendo um abaixo-assinado com 2,5 milhões de assinaturas em apoio à sua proposta.

Luiz Estevão lembrou que, na mesma época em que acontecia os seqüestros de sua filha e do filho de Massataka, o Congresso Nacional discutia a redução da pena para crimes hediondos. De acordo com o Código Penal, a pena máxima para um criminoso é de 30 anos.

– Não podemos ficar indiferentes à luta do senhor Massataka. Uma pessoa que comete crime hediondo, como seqüestros, apresenta gravíssimos desvios de personalidade e de comportamento e, depois de 20 e poucos anos de prisão, estará de volta ao convívio da sociedade, provavelmente com os mesmos defeitos – avaliou o senador.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ter acompanhado de perto o seqüestro da filha de Luiz Estevão. "Confesso que só com a presença de Deus Vossa Excelência conseguiu superar o trauma diário e passar pelo que passou, inclusive a canalhice que tentaram lhe impor. É preciso muita força interior para subir nesta tribuna e mostrar a outros pais do que podem ser vítimas", afirmou Cabral.



Luiz Estevão lamenta que autores de crimes hediondos possam voltar ao convívio social

Seqüestradores soltos após nove anos

Em aparte a Luiz Estevão, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) lembrou do seqüestro de seu filho Ludinho por um tenente da Polícia Militar do seu estado, um advogado e um professor. "Fui muito pressionado para fazer justiça com as próprias mãos. Mas, entendi que pagar para assassinar aqueles bandidos seria como pagar para matar um porco. Decidi que não seria conveniente e respeitei a lei", revelou.

Os seqüestradores, explicou Lúdio, foram condenados a penas que variavam de 25 a 30 anos, mas após nove anos de prisão foram libertados. Ele disse ser favorável à pena de morte para "bandidos irreversíveis" como meio legítimo de defesa da sociedade e apoiou a proposta de prisão perpétua.

Estevão destacou a "coincidência triste e deplorável" da participação de policiais nos três seqüestros. "Não são pessoas desesperadas e passando fome. São pessoas treinadas para proteger a sociedade, mas que utilizam esse conhecimento para atacá-la", observou.

O senador lembrou que já apresentou dois projetos de lei para dificultar a ação de seqüestradores. Um dos projetos estabelece a indisponibilidade de bens de familiares da vítima. O outro projeto aumenta a pena desse tipo de crime de 30 para 50 anos de prisão.

Osmar adverte para os problemas da agricultura

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou o governo para que não alimente ilusões quanto aos ganhos da agricultura na comercialização da safra 98/99, porque eles poderão ser consumidos com o aumento dos insumos para a produção. O senador apresentou várias propostas para reduzir o impacto dos custos de produção e salvar a próxima safra, entre as quais a alocação de R$ 15 bilhões para a safra de verão, medida que considera indispensável para que se atinja a marca de 90 milhões de toneladas de grãos.

Osmar: crescimento no primeiro trimestre não pode alimentar ilusões

Os R$ 15 bilhões para a safra de verão, disse Osmar Dias, podem ser obtidos mediante aumento da exigibilidade do crédito rural de 25% para 30%. Esse total seria dividido da seguinte forma: R$ 2 bilhões para máquinas e equipamentos, R$ 3 bilhões para o Pronaf e R$ 10 bilhões para o custeio.

Osmar também defende a necessidade de o governo ter uma política comercial mais agressiva e de fiscalizar a origem dos produtos que entram no país. Para ele, o Brasil deve colocar-se como um país que definirá as regras da política comercial, sendo mais incisivo nas negociações com a Organização Mundial do Comércio.

Reivindica ainda recursos para a safra de outono-inverno, a revisão da dívida da agricultura, o fortalecimento do cooperativismo de crédito, a liberação de recursos para as cooperativas, o seguro-rural, a neutralização dos efeitos do crédito privilegiado para importação, a fiscalização sanitária dos produtos importados, a criação de um programa nacional de combate às moléstias, maior atenção à pesquisa e o debate sobre a introdução dos produtos transgênicos no Brasil.

O fato de o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre do ano ser devido ao crescimento da agricultura não pode, para o senador, servir para que alguém pense que está tudo correndo bem. "Não podemos mais conviver com a falta de planejamento e com a ineficiência no setor", afirmou.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Melo, Ademir Andrade, Lúdio Coelho e Artur da Távola